

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

**Arquitetura e Urbanismo: Planejando e
Edificando Espaços**
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL- PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i>	
<i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i>	
<i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i>	
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
<i>Alessandro Alves</i>	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i>	
<i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	353

DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE

Ronaldo Augusto Campos Pessoa

Universidade Federal do Tocantins, Ciências Sociais

Fabiano Rocha Diniz

Universidade Federal de Pernambuco, Arquitetura e Urbanismo

Sílvio Jacks dos Anjos Garnés

Universidade Federal de Pernambuco, Engenharia Cartográfica

Fernanda Maria Pereira

Universidade Federal de Pernambuco, Arquitetura e Urbanismo

RESUMO: Este artigo aborda os discursos comunitários com ênfase na identidade do assentamento informal Córrego da Batalha na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE. Os discursos sobre identidade do lugar são observados na literatura contemporânea como parte dos construtos simbólicos do processo de apropriação e significação local da luta dos moradores pelo direito de permanecer no espaço ocupado. No caso da ocupação no Córrego da Batalha, teve seu início por volta de 1940, em parcela da área tombada de domínio da União no Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG). O histórico da ocupação é ressaltado por conflitos instaurados na área ocupada em busca do reconhecimento do assentamento e das conquistas que asseguram

a permanência da comunidade no local. A área é objeto de estudo do Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE (2015), Projeto de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em parceria com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

PALAVRAS-CHAVE: Discursos comunitários, Assentamento Informal, Regularização Fundiária.

ABSTRACT: This paper approaches communitarian discourses with emphasis on the identity of informal settlement Córrego da Batalha, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. The discourses on identity of the place are observed in contemporary literature as part of the symbolic constructs of process of appropriation and local significance of the conflict of the residents for the right to remain in occupied space. In the case of the appropriation of Córrego da Batalha, which began around 1940, in parts of the area safeguard domain of the State in the Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG). The historic of the occupation is formed by conflicts established in the área occupied in demand of the recognition of settlement and of the acquire that ensure

the remain of community in local. The área is, currently, study object of the Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE (2015), an university extension project by the Federal University de Pernambuco (UFPE) in partnership with the Institute of the Historical and Artistic Patrimony National (Iphan) and the Secretary of the Patrimony of the Union (SPU).

KEYWORDS: communitarian discourses, informal settlement, land regularization

1 | INTRODUÇÃO

A ocupação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG) teve início por volta de 1940, no Córrego da Batalha ocorreu a partir da realocação das moradias localizadas nas partes altas do Parque para as partes baixas (área de vale) (MONTEIRO e MOURA, 2013). No decorrer do tempo, a população foi produzindo o seu próprio *habitat* naquela área. A produção do *habitat*, segundo La Mora (2010), concerne não só ao ato de construir casas, mas também o fortalecimento familiar e comunitário que deve enfatizar as dimensões econômicas e ambientais, respeitando e afirmando valores culturais, e simultaneamente, forjando a sua identidade cultural, manifestada na maneira da comunidade vivenciar a área e, também, nas suas relações com o PHNG.

O objetivo do estudo em tela é salientar a relação identitária da população local, no caso aqui elucidado do Córrego da Batalha, com o espaço conquistado no contexto da luta urbana e o discurso comunitário que aponta simbologias de apropriação do espaço e da identidade natural diluída no âmbito do direito de permanecer no espaço ocupado. Salienta-se que esta pesquisa encontra-se em andamento a análise dos discursos comunitários, aqui serão expostas indicadores teórico e categorias analíticas relacionados com o projeto urbanístico e a caracterização do assentamento, apontando uma cronologia histórica do processo de apropriação do espaço e a construção da identidade local.

O assentamento informal Córrego da Batalha, ocupa uma área de 18,86 ha do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG), área de domínio da União (Figura 01). A área possui uma localização privilegiada dada a conexão viária com a Estrada da Batalha, através da Rua Montes dos Guararapes que margeia a área pelo lado esquerdo e prossegue com o nome Rua Ladeira Monte Campo dos Guararapes que, por sua vez, conecta-se com Rua Campo dos Guararapes, fechando o contorno do aludido Córrego.

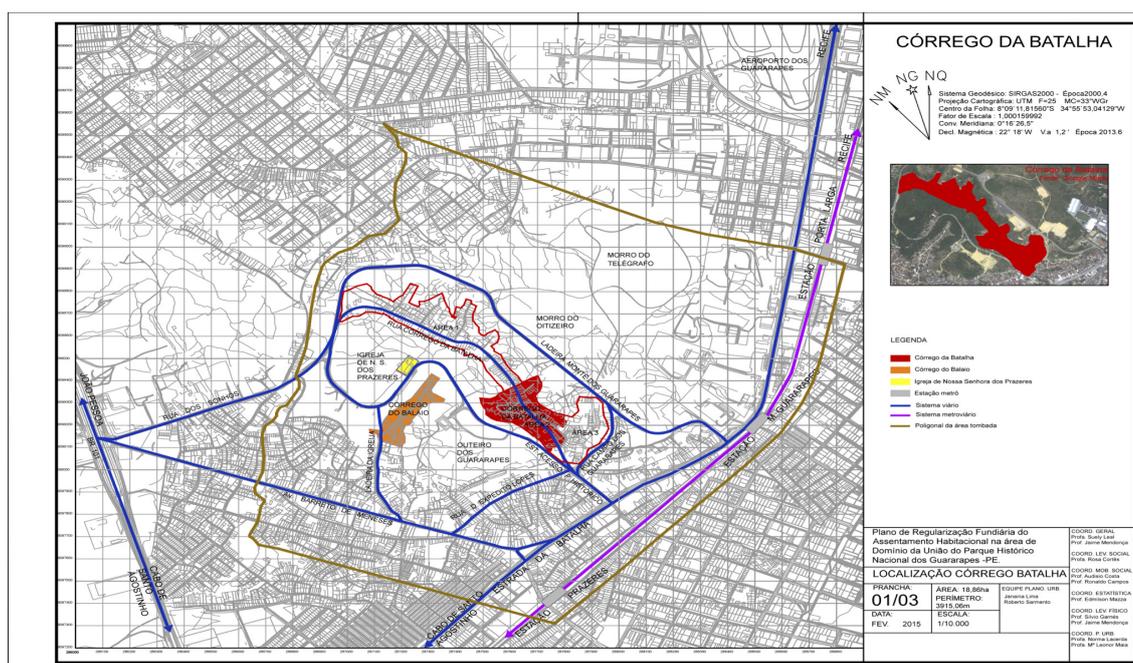


Figura 01: Localização do assentamento Córrego da Batalha.

Fonte: Google Earth, adaptação dos autores, 2018.

Importa registrar que a Rua dos Sonhos interliga o assentamento com a BR 101 (ao oeste do assentamento), além dessa importante conexão, pode-se observar também o fácil acesso à Rodovia Estadual 008 – PE008 (Estrada da Batalha). Essas duas rodovias constituem importantes eixos viários da Região Metropolitana do Recife – RMR, a primeira permite a ligação com o município de Cabo de Santo Agostinho, ao sul, e a segunda com o Recife, ao norte (Mapa 01).

A Estrada da Batalha (PE008) é um importante eixo de transporte público de passageiros, modalidade de transporte fortemente reforçada com o ramal sul do metrô da RMR, que percorre paralelamente à mencionada Estrada. No seu cruzamento com a Avenida Barreto de Menezes, situa-se a Estação Prazeres. Esta permite aos habitantes do Córrego da Batalha conectar-se com os bairros da Imbiribeira, Afogados e Boa Viagem (Recife), Prazeres, Pontezinha, Pontes dos Carvalhos, Ângelo de Souza (Jaboatão dos Guararapes) e, também, com a cidade do Cabo de Santo Agostinho, município integrante da área estratégica do Porto de Suape. O acesso a rede SEI de transporte público, tanto por ônibus e/ou por metrô, possibilita o alcance a todo o território metropolitano.



Mapa 01: Eixos de transporte público e delimitação de área tombada.

Fonte: Projeto Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE, 2015.

A localização centralizada, a alta mobilidade propiciada pelo sistema viário de transporte público, o aumento da pressão social por moradia e a fiscalização deficitária resultou no adensamento da área (GUIA e RIBEIRO, s.d.), concomitante, a relações sociais e a luta comunitária no decorrer da história da ocupação fortaleceram os laços entre sociedade e lugar.

2 | CRONOLOGIA DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA: OCUPAÇÃO E PERMANÊNCIA

A ocupação da área do Parque por assentamentos habitacionais, consoante o Plano Diretor do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (2002), data do início da década de 1970, quando se estimou que nela existiam cerca de 3.000 unidades habitacionais. Naquele ano, ocorreu a desapropriação amigável pela União, com vista à implantação do referido Parque. Por se depararem sem o aparato legal necessário à sua permanência na área, os moradores desse Córrego mobilizaram-se e foram, em 1992, à Brasília (DF) – organizado por meio de uma caravana – para solicitar à Secretária do Patrimônio da União, o direito à permanência na área.

Em 1998, por ocasião da transferência do controle do Parque ao Exército, a área delimitada topograficamente no ato de entrega correspondia à área não ocupada. Esta foi circundada por uma cerca de estacas de concreto que, no caso do Córrego da Batalha, restringiu o seu processo de ocupação. Em 2000, o *Jornal do Commercio* publica uma matéria em seu Caderno Cidades, com o título *Invasões ameaçam Patrimônio Histórico*, o que acentua a instabilidade dos moradores e a quebra das expectativas de fixação no local.

As comunidades do Córrego da Batalha, Córrego do Balaio e Alto do Cemitério terão de desocupar a área do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG), localizado no município de Jaboatão dos Guararapes. A exigência está sendo feita pela Procuradoria da República em Pernambuco, que instaurou um inquérito civil público para resgatar o local onde foram realizadas duas batalhas contra os holandeses no território pernambucano, em 1648 e 1649. (JORNAL DO COMMERCIO/PE, publicado em 24/09/2000).

No mesmo material, o Procurador Estadual responsável pela ação, Sr. Paulo Gustavo Guedes Fontes, explica:

Existem 7.500 imóveis nos limites do parque, mas só serão retiradas as famílias dessas três comunidades, por ocuparem áreas de maior interesse histórico. Criado em 19 de abril de 1971, o Parque dos Guararapes tinha uma área total de 224 hectares, de propriedade da União. Por conta das invasões, hoje, tem apenas 76 hectares, demarcados pelo Exército com cercas de concreto para evitar novas ocupações.

Mais de uma década depois (2011), o Ministério Público Federal (MPF) recomenda a PMJG que toda intervenção na área tombada seja submetida ao IPHAN, conforme destaque da matéria publicada.

Consultar o Iphan antes da execução de obras públicas e particulares no terreno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e nas comunidades do entorno, que funcionam como proteção para o bem tombado, não é novidade, esclarece o superintendente local do instituto, Frederico Almeida. “Como isso não estava acontecendo de forma sistemática, o MPF fez a recomendação ao município, exigindo o cumprimento da legislação, informa”. (JORNAL DO COMMERCIO/PE,

A referida medida foi apresentada como uma forma de minimizar o crescimento desordenado e as construções irregulares que cresciam em volta do Parque Histórico, representando uma ameaça a sua preservação.

Em fevereiro de 2013, a população é surpreendida com o anúncio feito pela PMJG, em comum acordo com a SPU, da decisão desta Secretaria de regularizar a área dos Córregos do Balaio e da Batalha. Os moradores festejam a notícia, como mostra o registro da entrevista a seguir.

Há anos esperávamos este momento, foram dias de aflição, de incerteza e medo, de um dia não termos esse direito à moradia reconhecida. Mas agora vejo a competência dos envolvidos nesse projeto e a vontade do IPHAN, junto a União. Agora, acredito que teremos o nosso sonho realizado, a posse de nosso terreno” relatou emocionado Zinaldo Manoel da Silva, há 40 anos morador do local. (BLOG OLHO DÁGUA, publicado em 03/02/2013).

Nesse mesmo ano, a PMJG acrescenta que as ações estruturantes no âmbito do poder público, municipal e federal, e demais órgão envolvidos para o Projeto de Requalificação do PHNG fazem parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas.

Essa área é uma das principais identidades do município. Junto com o IPHAN, em 2009, trabalhamos para formular a proposta para captação de recursos no PAC – Cidades Históricas. Essa requalificação dará um enorme salto de qualidade ao Parque, que é um dos principais pontos turísticos da cidade. Nós, enquanto representantes do Governo Municipal, estamos permanentemente à disposição para contribuir com essa ação”, afirmou a secretária municipal de Desenvolvimento da Cidade, Fátima Lacerda. (site da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, publicado em 17/04/2013).

Em 2015, mesmo já iniciado o processo de regularização fundiária da área, o acesso da comunidade do Córrego da Batalha ao PHNG foram bloqueados pelo Exército e o tráfego de veículos controlado. A medida, com intuito de preservar o Parque, ocasionou problemas de acessibilidade aos moradores da comunidade que, em alguns casos, para contornar a situação tiveram que fazer intervenções nos imóveis.

Moradores do Córrego da Batalha, em Jaboatão dos Guararapes, estão sem acesso às casas por causa de uma cerca colocada pelo Exército nos Montes dos Guararapes. Um deles teve que construir uma escada improvisada por dentro da casa do vizinho para poder se deslocar. Toda área foi cercada por placas e arames e o tráfego está sendo controlado. (TV Jornal, publicado em 03/11/2015).

Ainda no mesmo ano, o IPHAN e a SPU noticiaram a retomada do projeto de regularização e urbanístico da área, que já dispunha de levantamentos e cadastros socioeconômicos, seguindo para a etapa de titulação e consolidação dos estudos, concomitante com o projeto de requalificação e preservação histórico-cultural.

Sem dúvida, durante mais de 70 anos, a trajetória da comunidade do Córrego da Batalha foi marcada pela incessante esperança da regularização fundiária da área, processo que assegurará a permanência e posse da terra aos moradores dessa localidade, desta forma, mantendo e reforçando a identidade deste lugar, a qual foi construída com o passar do tempo, consolidada e por fim, reconhecida, como será visto adiante.

3 | APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO LUGAR

O Córrego da Batalha se configura como um assentamento popular consolidado, pois apresenta alto grau de estabilidade morfológica, tipológica e territorial, essa última, devido ao controle do seu espraiamento em função da implantação de uma cerca de concreto. Nesse sentido, importa evidenciar que as estruturas urbanas perenes, devem ser conservadas, reconhecendo nelas suas particularidades, ou seja, o que revela o seu caráter de permanência. Sobre esta questão, Zancheti et al. (2000) enfatizam que existem diversos tempos na cidade, associados a diferentes processos históricos de apropriação e ocupação do território. Esses autores (Ibid., p. 83) afirmam que:

Certas estruturas urbanas que as compõem (as cidades) lhes conferem um significado cultural por apresentarem uma forte tendência à permanência, ou seja, um alto grau de estabilidade morfológica e tipológica. São essas parcelas praticamente estáveis que passaram pelo teste histórico de longa duração e, portanto, são as partes significantes.

Por tudo isso, o Córrego da Batalha se caracteriza como uma estrutura urbana plena de significado para os seus moradores. A dimensão cultural remete a várias espécies de valor – histórico, afetivo, epistemológico, paisagístico, urbanístico e científico. Essa dimensão corresponde ao que jamais pode ser reproduzido ou substituído sem perdas (LACERDA, ZANCHETI, 2014). Essa área detém a sua própria história de formação dos valores culturais – luta pela permanência desde a década de 1940, convívio social etc. –, ou, por outra, apresa um passado culturalmente construído, cuja função é o reforço contínuo da sua identidade social.

Além de revelar a sua história, também se mostra como um ato cultural ao traduzir as formas de como seus habitantes edificaram as suas moradias e as maneiras de conviver nos seus espaços públicos (vias e becos), além da valorização, por parte deles, do seu entorno – o Parque. Percebe-se, portanto, a partir destas constatações que a comunidade residente exerce um alto grau de apropriação do espaço. Segundo Jerônimo e Gonçalves (2013):

[...] a apropriação do espaço tem como indicador a manifestação da identidade de lugar das pessoas e das comunidades, pois as relações sociais, culturais e históricas que se dão no mundo concreto e simbólico vão se constituindo no contexto no qual o sujeito é construído. Entende-se que o sujeito é construído no

seu contexto, no qual as dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais ajudam a tecer uma rede que envolve o espaço físico-social e os lugares mais íntimos, mais significativos.

Pol e Valera (1999) ressaltam a importância da apropriação e significação dos lugares para a construção da identidade do lugar. Estes autores defendem a existência de dois tipos de apropriação do espaço: i) *a priori*; quando as ações governamentais promovem ou propõem a criação ou transformação do espaço, predefinindo um elemento simbólico, mas que pode ou não ser reconhecido pela população e; (ii) *a posteriori*, quando os espaços se caracterizam, ao longo do tempo, como referenciais nodais para a comunidade, ou seja, espaços que ganharam significado a partir das interações sociais desenvolvidas no espaço.

Neste contexto, depreende-se que a identidade do assentamento informal Córrego da Batalha provém da apropriação *a posteriori*, tendo em vista que teve início com a ocupação informal e não planejada e que, com o decorrer do tempo, ganhou significado para a população residente a partir do envolvimento entre espaço-indivíduo e indivíduo-indivíduo no espaço, como veremos a seguir através da explanação de alguns discursos proferidos pela comunidade local.

3.1 Discursos Comunitários

Com o início do projeto de regularização fundiária do Córrego da Batalha, visitas e reuniões foram necessárias para diagnosticar a área. Durante o processo de mobilização social da comunidade para o projeto de regularização fundiária, em reunião realizada com os representantes de quadras, no dia 09 de fevereiro de 2015, para explanar os objetivos de um plano urbanístico para a regularização fundiária e para escutá-los sobre o seu lugar de moradia, foi fixada na parede uma imagem aérea do assentamento (figura 02).

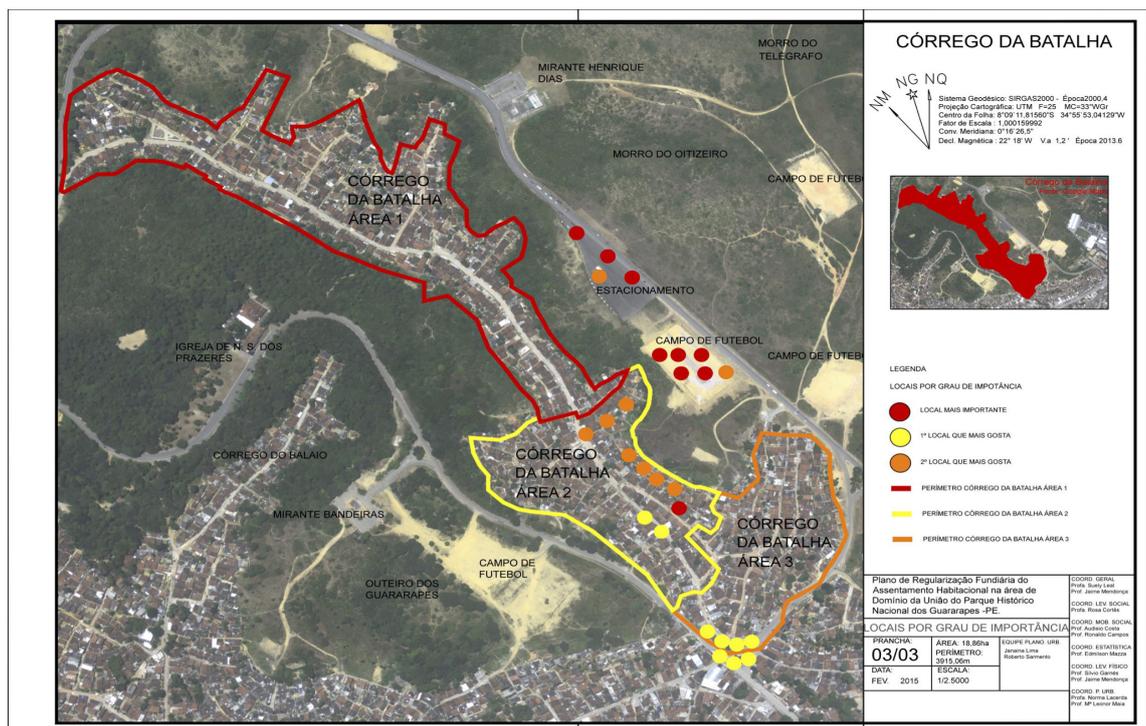


Figura 02: Morador fazendo mapeamento afetivo.

Fonte: Projeto Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE, 2015.

Em seguida, foi solicitado a cada um deles que indicasse (i) o local que consideravam mais importante, (ii) aquele que mais gostava e (iii) aquele que menos gostava (Mapa 02). Chamou à atenção a elevada incidência dos representantes de quadra que escolheram o campo de futebol como o local mais importante. Este campo situa-se próximo ao assentamento, em uma das partes mais elevadas do PNHG. Consoante depoimentos, moradores do Córrego ali jogam bola, enquanto crianças empinam papagaio e jogam bola de gude. Ademais, de lá se descortina uma vista panorâmica incrível, deslumbrante. Diante desse resultado, observa-se o quanto o Parque é importante para a comunidade e o quão estreita é a relação entre eles.

Quanto ao local que mais gostam, a resposta predominante dos presentes na reunião em pauta foi o seu lugar de moradia, sua residência e a vizinhança circundante a ela. A afetividade dos moradores em relação a esse lugar foi explicitamente declarada: “em Jaboatão dos Guararapes, [o Córrego da Batalha] é o melhor lugar para se morar.” Com relação à área que menos gostavam, muitos consideraram o acesso leste do Córrego da Batalha, onde está localizada uma pequena praça. Para eles, a presença de bares nessa localidade, perturba a comunidade. A praça deveria ser para as crianças e sua proximidade com essa atividade indica a preocupação dos moradores com o seu habitat, edificado ao longo de 40 anos.



Mapa 02: Mapeamento afetivo demarcado pelos moradores.

Fonte: Projeto Plano de Regularização Fundiária do PNHG-PE, 2015.

Considerando os relatos dos moradores da comunidade, para além dos citados anteriormente, depreende-se que o assentamento Córrego da Batalha consolidou-se não só pela ocupação (aqui no sentido de estabelecimento de moradia), mas principalmente pelas interações sociais que se desenvolveram e se fortaleceram

ao longo dos anos naquele espaço, configurando a identidade cultural do lugar que manifesta-se, principalmente, pela resistência aos conflitos que visam a remoção da população da área.

A área central do Córrego do Batalha é definida por espaços públicos adotadas pela comunidade para o lazer e caracteriza áreas de desenvolvimento das relações sociais diretas, com o movimento de pessoas e a existência de serviços, esse espaços contribuem para o fortalecimento da unidade da comunidade e da identificação dos seus moradores com o ambiente sociocultural. As dificuldades enfrentadas no cotidiano devido as condições suburbanas em partes do assentamento não são apontadas com barreiras.

A identificação local associada aos condicionantes históricos do espaço prevalece na formação social e construção dos valores culturais, o direito a moradia como base da luta pela permanência ao longo de décadas, consolidou o convívio e a identidade social dos moradores. O PHNG representa, nesta configuração, o motor da valorização cultural constituída pela emblemática história local e festividades religiosas apropriadas ao espaço de convivência social dos moradores.

Essas relações históricas e sociais convertem-se em uma simbologia própria e de significação natural, de pertencimento ao lugar comum e de convivência dos diversos atores envolvidos na gestão do Córrego do Batalha. De um lado, o poder público representado por instâncias político-administrativas ressaltando o valor histórico, natural e religioso, e do outro, a organização dos moradores que depende da identificação com a luta política proveniente do processo de ocupação a partir da necessidade de residir consolidando a relação com o espaço e o indivíduo.

Desta forma, os discursos comunitários são por excelência representados na configuração da identidade do morador, no caso da relação com os espaços públicos no Córrego Batalha, com a construção do elementos simbólicos da apropriação e da identificação local como praças, residências, ruas, vias e becos que representam a luta e conquista de permanência no espaço ocupado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto a história do assentamento informal Córrego da Batalha é imbuída da luta comunitária com vista ao reconhecimento da área, e também da permanência da população local. Os fatos ocorridos ao longo dos últimos anos, os conflitos instaurados na área e as conquistas da comunidade reforçam os laços sociais e produzem a identidade do lugar, que neste caso foi adquirida após a apropriação do espaço pelos moradores residentes. Esta apropriação foi construída a partir das interações sociais entre indivíduo – espaço e indivíduo – indivíduo no espaço que fortalecem a identidade do lugar.

Os discursos demonstram a importância e a afetividade da comunidade para

com seu lugar de morar, no que se refere não só a sua casa, mas a todo o território circundante. Essas constatações reforçam a profundidade dos vínculos ali criados, que por sua vez, fortificam o caráter de permanência da população, principal fator contribuinte para a consolidação do assentamento. Por todos esses aspectos, e considerando que qualquer intervenção em áreas consolidadas ocasionará perdas significativas para o espaço e principalmente para os indivíduos envolvidos na sua apropriação, aqueles e normalmente são os responsáveis pela identidade do lugar, ressalta-se aqui, no contexto geral, a necessidade do debate entre técnicos e comunidade ante intervenções em áreas consolidadas, visando a manutenção da identidade do lugar e, no contexto local, o reconhecimento do assentamento informal Córrego da Batalha como um espaço consolidado.

REFERÊNCIAS

LA MORA, L. Produção social do *habitat*: estratégia dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia IN: LEAL, S. LACERDA, N. (Org.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil – França**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 395-414.

CAMPOS, R. **Política urbana e Participação**: Construção Coletiva para Regularização Fundiária nos Espaços Urbanos de Domínio da União. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. v. 3, p. 08-30, 2014.

GUIA, G. A. da; RIBEIRO, S. B. **A questão urbana e o patrimônio cultural**: o direito à memória e à moradia no Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PHNG.

JERÔNIMO, Rosa Nadir; GONÇALVES, Teresinha Maria. Identidade e personificação do lugar na apropriação do espaço pelos nativos de Ibiraquera, SC. **Revista de Ciências Humanas**, v. 47, n. 1, p. 117-132, 2013.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. Conservação urbana e regularização fundiária de assentamentos populares. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. V.6, p. 323-337, 2014.

LEAL, S. M. R.; DINIZ, Fabiano.; CAMPOS, R.. **Regularização Fundiária -Urbanística e Gestão Comunitária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PE..** 2014.

LEAL, S. M. R.; PESSOA, R. A. C.; LIMA, Janaina. **Entre a Vulnerabilidade e a Esperança: Conflitos de Governança na Regularização Fundiária em áreas da União**. In: XVI Encontro Nacional da ANPUR/ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro Nacional d ANPUR, 2015.

MONTENEGRO, G. A. de A.; MOURA, Alexandrina S. S. de. A Gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes: análise e proposições. In: **XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Chile: 2013.

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS NA ÁREA DE DOMÍNIO DA UNIÃO DO PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES – PE. Recife: 2015.

POL, Enric; VALERA, Sergi. **Symbolisme de l'espace public et identité sociale. Villes en parallèle**,

v. 28, n. 1, p. 12-33, 1999.

RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. **Um Espaço com Histórias e Batalhas – O Parque Histórico Nacional dos Guararapes**. 1989. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 1989.

ZANCHETI, S.; LACERDA, N.; DINIZ, F.. **Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial**. EURE (Santiago), v. XXVI, p. 77-94, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4



9 788572 474474